

ENTRE TRAJETÓRIAS, DESEJOS E (IM)POSSIBILIDADES: PROJETOS DE FUTURO EM JOVENS DA SOCIOEDUCAÇÃO DE MEIO ABERTO

Bruna Rossi Koerich¹

Resumo: Esse trabalho parte de uma dissertação de mestrado em andamento, sob a orientação da Dr^a Fernanda Bittencourt Ribeiro, realizada com financiamento CAPES/PROSUP. A pesquisa insere-se no contexto das intersecções entre juventudes, adolescências e violências, em especial, na figura dos adolescentes em conflito com a lei. Na última década, o tema ganhou destaque no âmbito acadêmico focalizando as medidas socioeducativas de privação de liberdade. Apesar de maioria no sistema socioeducativo, as medidas executadas em meio aberto são tema quase inexistente nas ciências sociais. Visando visibilizar essas experiências e partindo do entendimento de que o discurso preponderante nas diretrizes do sistema socioeducativo é o de possibilitar futuros distanciados da prática infracional, essa pesquisa objetiva analisar a construção de projetos de futuro de jovens da socioeducação de meio aberto, compreendendo quais os elementos que ancoram essa construção. Metodologicamente, optou-se por uma inserção etnográfica e entrevistas com jovens de uma unidade de execução de meio aberto, situada no município de Canoas (RS), reconhecido pela redução dos índices de violência a partir de uma política de segurança pública que potencializa ações preventivas. Por tratar-se de uma pesquisa em andamento seus resultados são ainda parciais, mas pode-se notar que elementos como o consumo e a defesa de uma masculinidade baseada na ‘honra’ são centrais para a construção dos projetos de futuro desses jovens.

Palavras – chave: Medidas socioeducativas; Socieeducação de meio aberto; projetos de futuro;

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Coordenadora da “Casa da Cidadania Mathias Velho e Harmonia”, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (RS). Pesquisa com financiamento CAPES/PROSUP.

Introdução

Essa pesquisa insere-se em um contexto de debate onde são possíveis, e presentes, intersecções entre juventudes, adolescências e violências. Em especial, enfoca-se as discussões acerca de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

As medidas socioeducativas são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, e compõe o sistema terciário de proteção a crianças e adolescentes no Brasil. A sua existência atende a exigência da Doutrina de Proteção Integral que prevê que sejam assegurados e protegidos os direitos de todas as crianças e adolescentes que vivem no país.

Segundo essa doutrina, as medidas socioeducativas (MSE) deveriam visar, sobretudo, o processo de responsabilização do adolescente infrator, sendo adotadas medidas diferenciadas de acordo com a gravidade da infração. O que observamos, contudo, é que muitas vezes as MSE seguem uma lógica de culpabilização, que criminaliza a pobreza, uma vez que a gravidade do ato infracional não é a única questão levada em consideração na escolha da medida a ser executada.

Segundo dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, havia, em 2012, cerca de 20.000 adolescentes em cumprimento de MSE em regime fechado, e cerca de 80.000 em cumprimento nas modalidades de meio aberto. Devido à complexidade envolvida nas execuções de privação de liberdade, essa modalidade ganhou significativo destaque na produção das ciências sociais no Brasil, especialmente na última década.

Por outro lado, apesar das MSE executadas em meio aberto abarcarem um número considerável de adolescentes e jovens, a temática é pouco abordada em âmbito acadêmico, tornando-se basicamente um debate inexistente nas ciências sociais.

Essa pesquisa, ao contrário, concentra-se nos jovens em cumprimento de MSE de meio aberto, analisando a partir de uma inserção em uma unidade de execução, suas trajetórias e a construção de seus projetos, mediadas por um processo de coprodução de caminhos de futuro entre esses jovens e os técnicos da referência de sua medida. De tal modo, o objetivo que guia essa pesquisa é o de compreender os elementos que são mobilizados no processo de construção

de projetos de futuro por esses jovens, entendendo esses projetos não como algo sistematizado e organizado e sim como um conjunto de desejos e expectativas sobre o futuro.

Com o intuito de operacionalizar esse trabalho, foi necessária a delimitação do *locus* de pesquisa. Levando em consideração que o acesso à informação de cunho tão pessoal e subjetivo é dificultado pelas barreiras da desconfiança e do medo, parti do entendimento de que a convivência diária e o vínculo já estabelecido com os jovens seria uma ferramenta importante de garantia de viabilidade dessa análise. Assim, os jovens analisados nesse processo são os que estiveram em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade na Casa da Juventude Mathias Velho e Harmonia desde outubro de 2014, período em que assumi a coordenação do projeto.

Ciente de que o papel de coordenadora e o de pesquisadora não são o mesmo, mesmo que por vezes se confundam, defendo aqui que essas atividades são complementares, desde que essa dupla atuação fique explícita para todos os envolvidos. Como a unidade de execução aparece, nessa pesquisa, mais como cenário do que como objeto de pesquisa, o prejuízo da dificuldade de afastamento pareceu ser compensado pela possibilidade de identificar a construção dos projetos de futuro emergindo do cotidiano.

Partindo de uma perspectiva sócioantropológica com inspiração etnográfica, além das observações diárias registradas em diários de campo, estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com dez jovens em cumprimento de medidas socioeducativas por diferentes atos infracionais. As transcrições das entrevistas e os diários de campo são analisados pela ótica da Análise Temática, por meio de processos graduais de redução e construção de paráfrases de síntese até se chegar em referenciais de codificação.

Por questões de proteção aos participantes da pesquisa, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, escolhidos por eles mesmos na maioria dos casos, ou por mim quando não houve preferência de sua parte. A realização da pesquisa foi autorizada tanto pela Fundação executora da Casa da Juventude, quanto pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

Ao inscreverem-se nas atividades da Casa da Juventude, os jovens ou os responsáveis, no caso de adolescentes, autorizam (ou não) que as informações de suas trajetórias possam ser utilizadas como meios de pesquisa, desde que respeitado seu anonimato. Todos os adolescentes e jovens observados durante a prática etnográfica autorizaram esse uso. Os adolescentes e jovens que participaram do processo de entrevista narrativa assinaram, também, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase de finalização do processo de entrevistas e de sistematização dos diários de campo utilizados para registro das observações. Sendo, assim, as análises constantes nesse trabalho parciais em relação aos objetivos da dissertação que o embasa.

Juventudes, adolescências e projetos de futuro

O tema da juventude ganhou destaque recentemente não apenas nos trabalhos acadêmicos das ciências humanas, mas também na formulação de políticas públicas. Essa fase da vida é, muitas vezes, entendida como um período de transição dotado de contradições e instabilidades que poderiam tornar os jovens mais susceptíveis a problemas sociais como a violência e o desemprego. (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Diversas são as abordagens possíveis em relação à essa temática, e aqui serão apresentadas três diferentes perspectivas, por acreditar que são particularmente interessantes para o problema de pesquisa apresentado no desenvolvimento dessa pesquisa. São elas: a perspectiva cronológica, na forma como é mais comumente utilizada na formulação de políticas públicas; a perspectiva psicológica ancorada em uma concepção de adolescência como momento de indecisão; e a perspectiva sociológica com enfoque nos marcadores de transição para a vida adulta.

Antes de iniciar a apresentação das três abordagens, é importante salientar a premissa de diversidade, já bastante consolidada nos estudos acerca de juventude e adolescência, com a defesa de um olhar sensível que permita que as similaridades encontradas nessa parcela da população não encubram especificidades de classe, gênero e raça/etnia. Assim, diferentes perspectivas de estudo sobre a juventude partem do esforço de entender a juventude a partir

do contexto histórico, analisando de que forma a estrutura social vivenciada pelos jovens possibilita as singularidades ou especificidades enfrentadas por esse grupo.

A primeira abordagem com quem aqui discuto é a que trabalha o conceito de *juventude* a partir de sua concepção cronológica. Mais do que no âmbito acadêmico, essa abordagem é particularmente presente em marcos legais e na formulação de políticas públicas. As divisões etárias são entendidas a partir do contexto social e histórico que cristaliza faixas de idade no tocante a processos humanos e, portanto, ao acesso a determinados direitos.

A definição de categorias etárias, embora por vezes arbitrária, é necessária quando pensamos na elaboração de políticas especializadas e mesmo na construção de normas legais. Não há como pensar a operacionalização de uma política para a juventude (ou mesmo *com* a juventude), sem uma definição do que se entende por juventude. Da mesma forma, há poucos meios de viabilizar uma política que se utiliza apenas de critérios identitários para a definição de *juventude*, por exemplo.

A necessidade da existência dessas categorias, contudo, não torna menos importante as tensões existentes na sua execução prática. As fronteiras dessas categorias acabam reservando particularidades que são vivenciadas de diferentes formas. As políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil apresentam uma trajetória complexa e difusa e, muitas vezes, os marcos legais e a formulação de políticas adotam critérios diferentes, gerando um desconforto em relação às bordas dessas categorias em operadores e, especialmente, nos próprios jovens e adolescentes.

Assim, compreender a abordagem cronológica é especialmente importante para pesquisas que, como essa, tem como contexto políticas e ações públicas. Contudo, para que sua utilização faça sentido torna-se necessário a utilização de outras perspectivas concomitantemente. Em contexto da socioeducação, é fundamental a discussão de elementos da teoria da adolescência, bastante ligada à área da saúde, em especial a psicologia, como período marcado por instabilidades e incertezas.

Para a entidade internacional OPS - Organização Panamericana de Saúde, a adolescência é compreendida como período no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, compreendendo

um período de pré-adolescência vivido entre os 10 e os 14 anos e adolescência propriamente dita, dos 15 aos 19 anos. (WALSELFISZ, 1998).

No campo da psicologia, existe certo consenso produzido acerca das inconstâncias que marcam o momento da adolescência. Para Jerusalinsky (2004), a adolescência pode ser entendida como um “estado de espírito”, caracterizado pela indecisão “que se encontra na beira do se decidir”, marcado pela passagem de um momento de proteção (infância) para o momento de exposição (vida adulta). Esse processo é bastante marcado por uma sensação de sofrimento e instabilidade, característica da descoberta sobre a necessidade de produzir-se no mundo.

O entendimento da adolescência como período importante no processo de desenvolvimento da subjetividade embasa as discussões no meio socioeducativo, conforme observamos no seguinte trecho, extraído de material da Escola Nacional de Socioeducação:

Entendemos que a adolescência se caracteriza como fenômeno histórico e social que continua a se transformar ao longo da história da nossa sociedade (...).Do ponto de vista sociocultural, a adolescência pode ser considerada como importantíssimo período de desenvolvimento da subjetividade, no qual as experiências psicossociais se articulam aos processos biológicos. (YOKOY DE SOUZA, 2016. p. 6)

Autores como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) chamam a atenção para o fato de a concepção de adolescência como uma etapa de desenvolvimento marcada por dúvidas e sofrimento acaba por incentivar uma prática individualista, onde cada adolescente seria responsável por suas escolhas e por *decidir-se*. Esse estímulo serviria, assim, aos propósitos dominantes de homogeneização e imobilização ao reificar determinadas práticas sociais.

A concepção psicológica de adolescência também recebe críticas no sentido de que ao supô-la como uma etapa de desenvolvimento, marcada pela indecisão, forjaria, às etapas subsequentes, uma identidade baseada na decisão e na estabilidade, o que a prática da vida cotidiana contestaria com facilidade. As críticas apresentadas acerca da concepção psicológica de adolescência não tornam a sua utilização menos propícia para a discussão socioeducativa, assim como tampouco o faz o fato de ter encontrado fraca *identidade adolescente* na

realização do campo de pesquisa. Aqui figuram apenas como justificativa para minha maior aproximação com a concepção sociológica a ser exposta a seguir, mesmo que profundamente marcada pelas discussões supracitadas.

Os conceitos de *adolescência* e *juventude* guardam diversidades epistemológicas e tem origens em áreas de saberes diferentes. Para Waiselfisz (1998), enquanto a adolescência é um conceito da área da saúde, *juventude* é considerada uma categoria sociológica, constituída por um processo sociocultural de preparação dos indivíduos para o papel social de adulto.

Assim, utilizo nesse trabalho o termo juventude para me referir ao período passível de atendimento socioeducativo, que vai desde os 12 até os 21 anos², mesmo que o Estatuto da Juventude o defina como período entre os 15 e os 29 anos. Prefiro pensar na juventude como um momento marcado pela construção de projetos e expectativas de futuro, portanto, ancorado em uma perspectiva sociológica do termo.

O uso do conceito *juventude* marca também uma postura política, de entendimento desse como um ator coletivo, sujeito a construções em contexto de possibilidades e de impossibilidades, marcados por seu momento histórico e por sua origem social, um sujeito dotado de sentimentos positivos e negativos, de vulnerabilidades e potencialidades, de decisões e indecisões, e não marcado necessariamente por um sofrimento biologicamente inscrito.

Assim, conforme Coimba, Bocco e Nascimento (2005), é preciso subverter a concepção de *adolescência* na forma como é utilizada em escala hegemônica e a substituí-la pela concepção de juventude.

Subverter a noção de adolescência é uma ação política importante nesse momento em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar as questões sociais, e em *psiquiatrizar* e criminalizar os ditos desvios das normas impostas a todos nós. O conceito de juventude poderia permitir a abertura de espaços para a diferença que existe nos processos e nos acasos dos encontros (...) Sabemos que a simples troca de palavras, de adolescência para juventude, não nos garante a quebra de naturalizações, uma vez que, sendo o conceito de juventude uma construção social, pode também ser instituído e capturado. No entanto, a aposta nas multiplicidades e diferenças para questionar o conceito de adolescência pode funcionar como uma estratégia contra as capturas e produções impostas por saberes que se apoiam em uma realidade normatizada, que eliminam a possibilidade do acaso e que se pretendem neutros. Quando definimos alguém como adolescente, podemos estar colocando em suspenso suas multiplicidades de

² Nos casos de medidas referentes à atos infracionais cometidos antes da maioridade.

existência e construindo uma definição que impede que os desenhos de novos fluxos e de vida ganhem força de expansão. Por outro lado, ao operarmos, por exemplo, com o conceito de juventude em nossas práticas, constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, talvez possamos perceber não mais um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas uma a mais dentre tantas outras que o compõem. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005. P.7)

Partindo de autores como Bourdieu (1983), para quem a juventude é uma categoria arbitrária, e deve ser entendida de maneira relacional, levando em consideração as definições das categorias de *não-juventude*, uma das formas mais utilizadas pela literatura no campo das ciências sociais é compreender os marcadores de momentos da vida como processos. Dessa forma, tornam-se usuais estudos que investigam os processos de transição da juventude para a vida adulta com o intuito de compreender melhor essas categorias em uma perspectiva sociológica.

Conforme Camarano e Mello (2006), os estudos recentes têm demonstrado que os processos de transição vivenciados pela atual geração são mais complexos e menos previsíveis se comparados aos processos das gerações anteriores. Essa complexidade não permite uma visão linear dos fatores entendidos como fundamentais da passagem para a vida adulta. Ainda conforme a autora, três são os eventos principais encarados como marcadores dessa transição, quais sejam: independência econômica, saída da casa dos pais, e constituição de família. Não há consensos sobre qual desses eventos é o definidor da passagem para a vida adulta, assim como não há consensos sobre o que exatamente define esses eventos. Entretanto, boa parte da literatura aceita que esses eventos são interligados e se relacionam intimamente com outros como a saída da escola e a parentalidade.

Esse processo de transição para a vida adulta aparece, então, como um momento de construção de projeções e expectativas sobre o futuro. Apesar de os projetos guiarem ações e marcarem as trajetórias individuais a todo o momento, há períodos da vida em que a construção de projetos aparece com maior ênfase. Para Almeida (2010), a construção de projetos de vida encontra-se particularmente presente no processo de transição da juventude para a vida adulta. É nesse momento que as expectativas em relação às esferas profissionais e pessoais são analisadas visando uma conciliação entre elas.

É importante, contudo, salientar que os projetos não são baseados apenas em expectativas, e sim, são construídos a partir de uma relação com a realidade, com o possível. É nesse sentido que Velho (1999) utiliza a noção de *projeto* inscrita entre possibilidades concretas e expectativas individuais “*evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido*” (p.40).

Na relação complexa entre as possibilidades e as vontades é que vão sendo tecidas as trajetórias de vida, permitindo espaços para constantes mudanças. Conforme Souza (2007):

Se as condições de desigualdade entre os indivíduos limitam o campo de possibilidades e de escolhas, sempre deixam margens de manobra, através das quais os homens podem se movimentar socialmente e promover mudanças, mesmo que pequenas, em seu meio (p.34)

Analisando essas tensões, Tavares (2009) afirma que as trajetórias juvenis se conformam a partir de duas hipóteses.

Os jovens, no anseio por conhecer o mundo e conquistar autonomia podem expandir as margens ou ocupar os interstícios dos lugares sociais onde vivem e, com isto, reinventar trajetórias dissonantes de seu grupo social. Ou, por outro lado, podem ficar ancorados no lugar social de origem, confirmando os limites que cerceiam a vida das gerações mais velhas. (p.2)

Assim, a construção/reorientação dos projetos de vida e de futuro estão presentes com maior importância a adolescência e a juventude, uma vez que – em geral – é nessa fase de vida que escolhas importantes são tomadas orientadas pela construção de um futuro imaginado e sonhado.

Em parte, esse processo de construção de utopias e negociações com as possibilidades concretas, muito típicas dessa fase da vida, pode ser marcado por grandes processos de rupturas e tensões, propiciando, assim, consolidações de vulnerabilidades. Conforme aponta Camarano sobre a relação entre juventude e processos de escolhas, dando margem para processos de construção de vulnerabilidades:

Por um lado, a juventude constitui-se em uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade dos jovens,

mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é necessariamente acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, os quais, na maior parte das situações, não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções que repercutirão em seu futuro” (Camarano, 2006, p. 15)

A análise dos projetos de futuro aparece como uma oportunidade, inclusive, de observar esses aspectos de tensão entre vontades e possibilidades apreendidas pelo jovem de acordo com o seu contexto social.

Projeto de futuro: a tensão entre desejos e possibilidades no contexto da socioeducação

Entendido como ferramenta de atuação no ambiente socioeducativo, o processo de construção do projeto de futuro por parte dos jovens, mediados em seus atendimentos com os técnicos de execução, permite uma compreensão das prioridades e expectativas de cada jovem.

A conclusão da escolarização básica surge como diretriz no trabalho socioeducativo. Contudo, essa expectativa aparece de forma ambígua nos jovens entrevistados. Inicialmente, são presentes discursos sobre a necessidade do estudo. Ao mesmo tempo, verifica-se uma dificuldade de permanência no ambiente escolar

(...) É que é isso, todo mundo sabe que se o cara não estudar, ele não vai ser ninguém. Assim, pro cara conseguir um trampo decente, tem que estudar. Mas é ruim ficar na escola. Chega uma hora que o cara nem aprende mais, e aí ter que ficar estudando com as crianças, não é pra mim (Antônio, 19 anos)

A evasão escolar é uma constante observada nos entrevistados. A forma da organização escolar, não condizente com a realidade desses jovens, somada à trajetória de abandono escolar também por parte de seus pais, contribui para que a expectativa da conclusão do ensino básico não ganhe prioridade nos projetos de futuro desses jovens. Quando aparece, o projeto de aumento da escolaridade surge como uma forma de inserção menos precária no mercado de trabalho. Contudo, para alguns jovens, o aumento da escolarização não é visto como suficiente para uma inserção digna no mundo do trabalho.

Tem gente que não adianta estudar, né? Mesmo se eu estudasse, não sei se ia adiantar. Trabalho também tem muito que ver com os contatos que o cara tem, né? Tem gente que nem estuda e consegue uns trabalho massa, né? (Lucas, 18 anos)

A escola, como local de sociabilidade, também deve ser entendida dentro do contexto de afirmação de identidades juvenis que, no caso dos jovens entrevistados, são bastante marcadas pela lógica do consumo. Assim, os poucos jovens que conseguem manter-se na escola, têm o seu cotidiano escolar atravessado pelos padrões de consumo do território.

Tô faltando a escola porque choveu e molhou meu tênis, e não tem como eu ir sem tênis. Todo mundo vai de tênis, como é que eu vou de chinelo? Não rola. Às vezes eu pego o tênis emprestado do meu vizinho, a gente reveza, um dia ele vai, outro dia eu vou (...) (Bernardo, 16 anos).

É f*** o cara ir pra escola sem caderno, sem lápis, com os tênis furado. Todo mundo ficando rindo, tirando sarro. Aí eu já fico brabo e xingo todo mundo. Por isso que tô sempre com registro de briga na escola. Os cara ficam querendo tirar uma onda com quem não tem as mesmas coisas que eles. (Hugo, 14 anos)

A inserção no campo de pesquisa demonstrou que o consumo é um dos elementos mais mobilizados pelos jovens no processo de construção do seu projeto de futuro. Em vários momentos, ao pensar o futuro, os jovens pensam nos bens materiais que desejam possuir.

Quando eu penso assim no futuro, em quem eu quero ser, eu penso nas coisas que que quero ter, né? Eu quero me vestir bem, quero poder comer uns lanche massa, quero poder andar de carro e pá. Na real, todo mundo quer viver bem, é isso que todo mundo deve querer quando pensa o futuro (Marcos, 18 anos)

Assim, a inserção em atividades ilícitas aparece, na maioria dos casos, como forma de garantir o acesso a bens de consumo.

Durante a realização de um grupo de debate com quatro jovens em cumprimento de medida socioeducativa, Anderson (19 anos) disse: “Essa idéia de que a gente trafica a rouba para comer é história que criaram, dona. Nunca me faltou nada dentro de casa, comida, essas coisas, minha mãe sempre botou na mesa. O cara precisa de dinheiro mesmo é pra comprar os ‘bagulho’ próprio, um tênis, um moletom” (...) (Diário de campo, dezembro de 2015)

Na construção dos projetos de futuro, a forte presença do consumo parece contribuir para escolhas relacionadas à permanência da prática infracional.

É que assim, dona, hoje eu *trampo* o quê, 4, 5 horas por dia e tiro o suficiente pra viver sereno, ta entendendo? O cara consegue tirar uns 300 por dia, na tranqüilidade. Aí se eu for trabalhar em outra coisa, vai ser no quê? Vou *trampar* numa obra, ou no MAC, todo santo dia, o dia todo, pra ganhar bem menos que isso, né?! (Henrique, 17 anos).

Quando o cara rouba ou trafica, ele ta pensando nas coisas que ele pode conseguir. É mais momento, assim. É mais momento e menos maldade. Quando tu tá indo pra *biqueira*, tu não pensa direito no que tu vai fazer, pensa no que tu vai conseguir (...) Eu roubava ou traficava pra sair mesmo, fazia uns *correzinho* pra garantir a festa, pra fazer bem a noite. (Bernardo, 16 anos)

O consumo aparece associado, não raras vezes, a momentos de conquista de relações afetivas.

Conversando com os meninos sobre as necessidades de consumo, especialmente as referentes ao uso de roupas de marca, Anderson me diz que as marcas nas roupas garantem a sorte na hora da conquista. Segundo ele, “as mina não vão querer ficar com o cara que não tem nada. Pra pegar, o cara tem que ter, tem que ser patrão”. (Diário de campo, dezembro de 2015).

A argumentação do jovem também sugere uma construção sexista de pensamento, onde a mulher aparece associada a um interesse financeiro, e o homem como sujeito provedor de posses. Em outros momentos, os jovens afirmam a necessidade de “bancar geral na noite”, ao se referir a gastos de mais de 2 mil reais em uma noite em casas noturnas de Porto Alegre.

A sistematização preliminar do campo tem sugerido o consumo como uma forma de afirmação de uma *masculinidade*, típica do território. A baixa presença de jovens do sexo feminino no ambiente socioeducativo dificulta a compreensão de como esse fenômeno é visto por elas. As poucas meninas que participaram da pesquisa, contudo, corroboram parcialmente esse entendimento. Além disso, também no caso delas os ganhos provenientes de práticas infracionais eram utilizados, sobretudo, para a compra de roupas.

Aí eu tava lá e via as guria sempre bem vestida, sempre na beca. E eu quis também, né? Só que como minha mãe não podia me dar nada daquilo, percebi que eu ia ter que correr por mim pra poder ficar bonita (...) Mas gastava mais mesmo em roupa, porque comida e festa os guris que tem que bancar, né?! Eu não gasto muito quando saio, só ganho tudo. (Larissa, 17 anos)

Assim, a prática infracional é vista pelos jovens como forma de saída da tensão entre desejos e possibilidades, ao proporcionar o acesso a bens de consumo que dificilmente seriam conquistados de outra forma. Essas práticas, contudo, geram novas tensões e dilemas em relação aos projetos de futuro, pela possibilidade de alteração na expectativa de sobrevivência. Em diversos momentos, os jovens expressam a sua compreensão sobre o aumento do risco de morte 'precoce' gerado pela recorrência em práticas infracionais. A preocupação com o futuro de longo prazo parece não ganhar prioridade na vida de vários desses jovens, como demonstra essa fala de Marcos (18 anos): "Morrer todo mundo vai um dia."

Contudo, a ausência de preocupação com o futuro em longo prazo é vivenciada de duas formas diferentes. Por um lado, os jovens com inserções pontuais em práticas infracionais apresentam expectativas longínquas distantes de uma realidade possível, e com trajetórias de inserção profissional em atividades lícitas que os permita ter *ganhos* parecido com os conquistados por atividades infracionais.

(...) Hugo me disse que tem expectativa de ter um bom trabalho. Que, no futuro quer ser trabalhador. Disse, também, que almeja algum trabalho em escritório, um trabalho "sem muito esforço". Disse que quer se formar em alguma faculdade "quando crescer". Converso com ele sobre como a continuidade do ensino formal é importante para esses planos. O jovem apenas posterga as obrigações necessárias para o alcance dessa expectativa: "Daqui alguns anos eu penso nisso, sora". (Diário de campo, novembro de 2014).

O meu sonho mesmo é ser milionário. Acho que esse é meu projeto de vida. Queria ser milionário e aí minha vida ia ser bem diferente. É isso que eu quero: poder comprar as coisas todas que eu quero, comer o que eu quiser, poder ter tudo. É isso que é meu projeto. (Bernardo, 16 anos)

De forma diferente, os jovens que apresentam uma trajetória contínua na prática infracional, tendo histórico de cumprimentos de várias medidas e de passagens por unidades de privação de liberdade, apresentam projetos baseados na "ascensão" dentro das atividades ilícitas. Esses jovens verbalizam freqüentemente que são "casos perdidos" e que no caso deles, não existem outras possibilidades de futuro.

Eu não tenho mais jeito, já era. Eu não tenho escolha. Era isso ou não ter as coisas que eu tive. E agora, não é bem assim pro cara querer uma coisa diferente. Não adianta ficar sonhando, imaginando como as coisas poderiam ser. O que interessa é como elas são. Ninguém vive de futuro, o cara nunca sabe. Pode fazer tudo certinho, só ralar a vida toda e morrer cedo também. Não tem como saber. Não adianta ficar sonhando nada, dona. (Henrique, 17 anos).

Já desisti já, sora. Acho que vocês tinham que fazer a mesma coisa. Deixar pra lá porque eu só faço coisa errada. Devo ter um problema na cabeça, ou sei lá o quê. Mas não vai mudar. Sonhar não é pra mim, sora. (Marcos, 18 anos).

Se, por um lado, os jovens que podem ser encaixados na tipologia de jovens com inserções pontuais na criminalidade, tendem a uma maior valorização do desejo futuro, negando as suas tensões com o campo de possibilidades que hoje se coloca em suas trajetórias, os jovens com trajetórias contínuas em práticas infracionais *tendem o pêndulo* para os limites de possibilidades impostos por sua conjuntura, construindo projetos com pouca margem para o desejo.

Considerações Finais

Não sendo possível tecer considerações finais, uma vez que o trabalho se encontra ainda em andamento, proponho aqui realizar uma breve síntese dos resultados preliminares que a sistematização do campo tem trazido. A sistematização parcial do campo sugere que os principais elementos mobilizados pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto na construção dos seus projetos de futuro são o consumo e uma espécie de *honra* expressa pela afirmação da masculinidade. A análise preliminar permitiu identificar duas tipologias de jovens, no tocante à construção de seus projetos de futuro: uma ligada aos jovens com inserções pontuais em práticas infracionais, e outro com uma trajetória infracional contínua. Os primeiros caracterizam-se por projetos de um futuro “idílico”, sem uma grande preocupação de mediação com as possibilidades concretas, dando margem para uma análise *voluntarista* do processo de construção de projetos de futuro. Os demais, caracterizados pela reincidência e práticas infracionais como formas principais de sociabilidade, apresentam projetos de continuidade de *criminalidade*, alegando ser a “única possibilidade” demonstrando um espaço limitado para o desejo, contribuindo para uma visão *determinista* desse

processo. É necessário o aprofundamento da análise, á luz do amparo teórico das ciências sociais, no sentido de compreender com mais lucidez as tensões entre desejos e possibilidades no processo de construção de projetos de futuro desses jovens, bem como dos elementos que fundamentam essa construção.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rachel de Castro. **O valor do trabalho para a juventude contemporânea na elaboração de projetos de vida**. Tese (doutorado). PUC – Minas. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas**. I Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP. Caxambu (MG), 18 a 20 de setembro de 2004.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Nº 57, 2005, p.2-12.

COSTA, Aline Bogoni. **Projetos de futuro na aposentadoria**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

JERUSALINSKY, Alfredo Nestor. Adolescência e Contemporaneidade. In: Conselho Regional de Psicologia 7ª Região. **Conversando sobre Adolescência e Contemporaneidade**. Porto Alegre: Libretos, 2004.

LYRA, Diogo. O Big Stick do Morro: Juventude, tráfico e virtude. In: **Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. 36º, 2012. Águas de Lindóia, SP.

MATEOS, Paula Helena. **Narrativas de laviolencia** :lasvocesinfanto-adolescentes como parrhesia.Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.Libro digital, PDF - (Red CLACSO de posgrados)

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universitária Rural**: Série Ciências Humanas. Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude, crise, identidade e escola. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 96-104.

TAVARES, Maurício Antunes. Entrelaçamento entre campo de possibilidades e trajetórias de vida: a questão da escolarização dos jovens no interior de Pernambuco. In: Simpósio Internacional Processo Civilizador, XII, 2009, Recife.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência**: Os jovens no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana. **Adolescência e juventude: questões contemporâneas**. Escola Nacional de Socioeducação. Curso: Núcleo Básico. 2016.